
Diagnóstico participativo com enfoque de gênero: um instrumento para promover a equidade e a sustentabilidade em comunidades rurais do México

Denise Soares Moraes*

Resumo

Neste documento apresentamos os resultados de um diagnóstico socioambiental com enfoque de gênero realizado numa comunidade rural do município de Loreto, localizado no estado de Baja California Sur, México. Dita pesquisa foi realizada tomando como referentes a educação popular ambiental e as ferramentas para a elaboração de diagnósticos participativos com perspectiva de gênero da Unión Internacional para la Naturaleza (UICN). A recuperação de informações estabeleceu-se desde referentes qualitativos, utilizando os seguintes instrumentos metodológicos: oficinas, entrevistas em profundidade e observação participante. O documento se estrutura da seguinte maneira: inicia com reflexões sobre a articulação entre os recursos naturais e as sociedades, bem como sobre o papel dos diagnósticos para o conhecimento das realidades locais. Em seguida analisam-se as relações socioambientais numa comunidade rural e finalmente se oferecem as recomendações que emergiram deste estudo.

Palavras-chave: diagnóstico participativo, enfoque de equidade de gênero, meio ambiente e sustentabilidade.

Abstract

In this article we present the results of a socio-environmental diagnosis with approach on gender conducted in an agricultural community in the town of Loreto, located in the state of Baja California Sur, Mexico. This research included an approach on environmental and popular education and the tools for participative diagnostic referring to a gender perspective of the Unión Internacional para la Naturaleza (UICN). The recopilation was established since qualitative issues, using the following metodological tools: workshops, interviews in depth, and participant observation. This article is structured as follows: it begins with reflections on the link between the natural resources and the societies, as well as the role of diagnosis for the knowledge of local realities. After that, it presents an analysis of socio-environmental relations in an agricultural community and offers the final recommendations that arose in this study.

* A autora é mexicana, doutora em Antropología Social pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). E-mail: dsoares@flaloc.imta.mx

Key-words: participative diagnosis, approach on equity of gender, environment and sustentability.

1 – REFLEXÕES BÁSICAS

a) Reflexões em torno da articulação sociedades-recursos naturais

A temática do meio ambiente, considerando-se que esse conceito se refere à articulação sociedades–natureza, é prioritária para todos os povos do planeta, uma vez que a disponibilidade e qualidade dos recursos naturais impacta de maneira decisiva o bem-estar social e condiciona em grande parte as possibilidades de desenvolvimento econômico dos povos. De fato, os recursos naturais têm um grande valor social, ambiental e econômico, os quais, por sua vez, estão associados à segurança social, econômica e ambiental dos povos.

A segurança social se proporciona através do acesso eqüitativo, seguro e eficiente aos recursos, bem como a responsabilidade por sua conservação e manejo sustentável. Ao tratar da segurança econômica, pretende-se reverter as tendências atuais de pautas de consumo, demográficas e da articulação sociedade–natureza, a fim de garantir a satisfação das demandas atual e futura de recursos naturais a todas as populações e setores sociais, sem comprometer a integridade ecológica, biológica ou hidrológica dos ecossistemas (UICN, 2001).

Apesar da relevância dos recursos naturais e de sua estreita relação com a manutenção de todas as formas de vida no planeta, grande parte das populações não desenvolveu uma cultura com a perspectiva de sustentabilidade. Neste sentido, de manter-se os atuais padrões de consumo dos recursos da natureza nos variados usos, se incrementarão os problemas de sua disponibilidade em diversas regiões, sua contaminação se agravará e haverá sérias restrições para sua dotação às populações. Assim mesmo, homens e mulheres sofrerão os impactos derivados da degradação dos recursos naturais de maneira diferenciada (Seminario Permanente de Investigación Agraria, 1999).

Os homens e mulheres têm acesso e controle desiguais sobre os recursos, fazem uso, manejam e os impactam de forma

diferenciada, em função de seus papéis nas sociedades. Também os benefícios derivados do uso dos mesmos não são distribuídos de maneira eqüitativa entre homens e mulheres. Por isso também vivem as conseqüências derivadas da degradação de ditos recursos distintamente (Vega Ugalde, 1998).

Neste sentido, o acesso, controle, benefício, formas de uso e manejo dos recursos naturais pelas populações rurais está conformado pelas relações de gênero e por isso as propostas orientadas a reverter os processos de degradação dos recursos implicam não só a necessidade de contar com diagnósticos técnicos regionais e locais, que dêem conta da quantidade de recursos disponível, sua qualidade, seus usos, formas de emprego, demandas das populações, problemas, motivos que os originam, conseqüências que produzem e potencialidades; mas a obrigação de gerar consensos entre usuários e usuárias dos recursos naturais e autoridades, integrando os âmbitos técnico, social, ambiental e econômico como insumos para a tomada de decisões na gestão e manejo do patrimônio natural (UICN, 1998; Maier, 1998).

Um dos aspectos fundamentais para o planejamento de linhas estratégicas de ação para o manejo sustentável dos recursos naturais é o reconhecimento prévio dos donos e usuários dos recursos e a realidade socioambiental na qual se vai incidir. Assim mesmo a identificação dos problemas, necessidades e potencialidades derivados da articulação sociedades-recursos naturais deve realizar-se desde a ótica dos próprios atores sociais locais e tomando em conta que estes sujeitos têm percepções, necessidades, limitações e demandas diferenciadas, bem como cumprem papéis diferentes, em função de sua condição social, sexo, idade, etnia, espaço geográfico, entre outros. Isso implica o desenvolvimento de uma metodologia participativa com enfoque de eqüidade de gênero.

b) Reflexões em torno aos diagnósticos participativos com enfoque de gênero

c) Que é um diagnóstico participativo?

O diagnóstico participativo se localiza dentro de um processo sistemático de conhecimento, entendimento, planejamento, execução, avaliação e sistematização de ações para transformar a realidade socioambiental. Proporciona os

instrumentos para o planejamento de ações transformadoras e se baseia no princípio do entendimento para a ação. Nesse sentido, não se constitui um fim em si, mas num instrumento que nos permitirá planejar conforme as necessidades reais dos diferentes atores que vivem nas comunidades. E também não é completo e acabado, na medida em que a realidade é complexa e sujeita a mudanças (Lara, 1996).

Assim, em função de nossas necessidades de conhecimento e transformação da realidade, surgirão novas demandas de diagnóstico. Outros diagnósticos como renovados pontos de partida, procurando ampliar ou aprofundar nossos conhecimentos sobre as situações, para seguir avançando na construção de processos comunitários mais eqüitativos e sustentáveis. Nesse sentido, falamos do diagnóstico como uma atividade permanente que nos aproxima pouco a pouco ao entendimento da complexidade de nossa realidade.

Diferente do diagnóstico tradicional, no qual a equipe de pesquisadores não envolve os atores sociais ativamente em seu processo, no diagnóstico participativo, a participação das pessoas das comunidades é fundamental. Assim mesmo o processo não fica em nível investigativo, na medida em que trata de estabelecer estratégias de mudança socioambiental. Rompe com a dicotomia entre "quem sabe" e "quem não sabe", já que especialistas e sujeitos da comunidade vivenciam um processo de aprender / pesquisar juntos. Ademais, o diagnóstico não é concebido como uma série de passos consecutivos e isolados, senão como um processo no qual todas as fases estão intimamente relacionadas (Hope, 1992).

O diagnóstico participativo é o primeiro momento na gestão dos recursos naturais, por isso é o ponto de partida de um processo investigativo-educativo, na medida em que descreve e explica um problema, a fim de contribuir com elementos para sua solução. No entanto, minimizamos os alcances do diagnóstico se nos referimos somente a estabelecer a problemática. O diagnóstico não só evidencia os problemas dos atores sociais das comunidades, senão suas lutas, suas articulações com outras instâncias organizativas, seus projetos de futuro, suas esperanças e as oportunidades de concretizar seus sonhos.

Dito instrumento de análise permite o planejamento de

ações transformadoras a partir da própria prática social dos sujeitos e não sobre uma prática que lhes é alheia, na medida em que seu ponto de partida são os fatos concretos da realidade, para um entendimento cada vez mais profundo, a fim de desenhar soluções integrais, que contemplem as raízes das necessidades, suas inter-relações e conseqüências.

O planejamento das atividades transformadoras da realidade deve estar associado aos projetos de futuro das comunidades e por isso o diagnóstico deverá refletir estas utopias. Para tal se deverá analisar a realidade concreta de maneira participativa, oferecendo oportunidades aos atores sociais de comunicar-se, educar-se, organizar-se e desenvolver processos de co-gestão e autogestão (Aguilar, 1996).

O diagnóstico participativo envolve a realidade em seus âmbitos ecológico, econômico, social, político, bem como suas inter-relações, o que contribui ao entendimento de uma situação inserida numa realidade mais ampla e não de forma isolada. Uma análise completa do contexto implica o histórico, o estrutural e o conjuntural.

O referente histórico possibilita o conhecimento dos processos e fenômenos em sua evolução. Analisar o passado e o presente de dada situação permite estabelecer tendências de futuro. O estrutural se refere ao conhecimento daqueles aspectos mais permanentes e estáveis da realidade, por exemplo, as relações patriarcais e as formas de articulação sociedades-natureza. O conjuntural são os fatos que se dão na realidade e que envolvem os atores sociais, a relação de forças entre eles e como se dá a articulação entre a conjuntura e a estrutura (Aguilar, 1999).

O aporte do enfoque de gênero ao diagnóstico participativo

As metodologias que propõem a incorporação da perspectiva de equidade de gênero nos diagnósticos tratam de aportar os lineamentos teórico-conceituais do enfoque de gênero ao trabalho concreto, revelando como as diferenças de gênero definem os direitos das pessoas, suas responsabilidades, limitações e oportunidades no acesso, uso e manejo dos recursos naturais.

Em termos operativos, uma metodologia participativa com enfoque de equidade de gênero implica, em primeiro lugar, reconhecer que os planos de desenvolvimento sustentável e sua

concretização em programas de manejo dos recursos naturais afetam homens e mulheres em forma diferenciada e, a partir disso, revisar e reformular a orientação dos programas e projetos, adequando suas ofertas às demandas específicas de homens e mulheres das comunidades. Por isso, desde esta perspectiva, o diagnóstico se constitui uma peça chave, na medida em que dá voz aos problemas, interesses e anseios de cada um dos atores sociais em sua relação com o patrimônio natural (Balarezo, 1998).

A perspectiva de gênero enfoca sua ênfase nos atores sociais, evidenciando que numa comunidade os homens e mulheres se diferem entre si em função dos papéis sociais que cumprem, as percepções e expectativas que expressam e as limitações e necessidades que tratam de satisfazer. Pela diversidade que as realidades locais encerram, os diagnósticos devem superar as considerações gerais e aprofundar-se nas particularidades. Isso nos permitirá um conhecimento mais próximo e claro dos sujeitos do desenvolvimento sustentável e derivará em estratégias que realmente incidem de maneira positiva na melhoria das condições e qualidade de vida de todos os habitantes (Alfaro, 1999).

Desta maneira, ao elaborar os diagnósticos participativos com perspectiva de equidade de gênero, há que ter claro que dito enfoque tem consequências sobre: a) o que há que fazer; b) com quem vamos fazer; c) como vamos fazer. Assim mesmo o diagnóstico participativo com enfoque de gênero deve ser prévio ao planejamento de qualquer projeto de manejo dos recursos naturais. E simultaneamente estar integrado a um processo mais integral e sistemático que trata de envolver a equidade de gênero no planejamento dos processos associados à gestão dos recursos naturais nos diferentes níveis, seja macro, médio ou local. Na perspectiva macro, as propostas da equidade de gênero devem envolver as políticas públicas, planos de desenvolvimento e marco jurídico dos recursos da natureza (René Bejarano; Soriano, 1998).

No nível médio se trata de que o enfoque de gênero se vincule de forma transversal no trabalho das instituições que cumprem a função de enlace entre as políticas públicas relacionadas à gestão dos recursos e as populações. De não ser assim, a maior proporção de beneficiários de programas e projetos relacionados ao manejo do patrimônio natural serão os

destinatários tradicionais, considerados chefes de família, produtores e pessoas que tomam as decisões, a grande maioria integrantes da população masculina. Situação que não só proporciona a falta de aproveitamento do grande potencial das mulheres, mas também limita suas potencialidades e não satisfaz seus reais interesses e demandas (Maier, 1998).

A abordagem no nível local, isto é, das comunidades rurais, será o ponto de partida para a elaboração dos projetos relacionados à gestão dos recursos naturais, pois neste nível se identificam os problemas, necessidades e potencialidades da articulação sociedades–recursos, com o objetivo de oferecer alternativas de solução que por um lado respondam às demandas das mulheres e homens que integram as populações e por outro pertençam a referentes de sustentabilidade, equidade e factibilidade econômica e cultural (Soares Moraes et al., 2001).

O referente do nível local não é a comunidade em abstrato, mas as famílias que a integram. Parte-se do suposto de que as unidades domésticas são unidades de produção e reprodução e que os recursos naturais desempenham um papel decisivo para o desenvolvimento de ambas as atividades. Assim mesmo, homens e mulheres cumprem os papéis produtivos e reprodutivos de maneira desigual e em condição de desvantagem para as mulheres, uma vez que elas se encarregam das tarefas não valorizadas socialmente, além de estar invisível ou pouco considerada sua participação nas atividades produtivas.

2 – RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO COM ENFOQUE DE GÊNERO NA COMUNIDADE DE LIGUI

A colonização

Os primeiros colonizadores de Liguí chegaram no ano de 1946, provenientes de comunidades pesqueiras localizadas ao sul do município de Loreto, e se dedicavam à pesca do tubarão. A partir dessa data começaram a chegar mais famílias, que se dedicavam basicamente à pesca e estavam unidas entre si por laços de parentesco. Atualmente a comunidade conta com 45 famílias.

A pesca: eixo das atividades econômicas

Na comunidade os pescadores se dedicam a três artes de pesca diferentes: pescam com anzol a escama e o tubarão; com rede as mesmas espécies que capturam com o anzol, e os mergulhadores coletam diferentes variedades de moluscos. Assim mesmo a localidade conta com um grupo de mulheres que se dedica à aquacultura. Em relação com a divisão sexual do trabalho na atividade pesqueira, enquanto os homens capturam moluscos, escamas e tubarão, as mulheres realizam aquacultura, preparam os moluscos e participam de maneira esporádica, em forma de apoio, na pesca do calamar.

Assim mesmo não há permissões para que os mergulhadores capturem os moluscos para a venda, situação que gera inconformidade por parte dos mergulhadores, principalmente no tocante à restrição da pesca de pepinos-do-mar, que são espécies de exportação, com um valor comercial elevado. Assim, mergulha-se principalmente para o consumo familiar, apesar de também existir captura ilegal de moluscos na zona.

Não contar com um centro de armazenamento de produtos pesqueiros e energia elétrica suficiente para conseguir conservar os volumes requeridos do produto coloca os pescadores da localidade em condições de vulnerabilidade no mercado, frente à possibilidade da perda do resultado de seu trabalho.

Quanto à organização para a realização da atividade pesqueira, existem duas cooperativas, uma integrada por homens, que conta com 16 membros associados com oito equipes de pesca, e outra organização integrada por dez mulheres, que se dedicam a cultivar ostras e outros moluscos. O projeto se encontra em fase de experimentação e as principais necessidades encontradas até o momento são as seguintes: carência de recursos financeiros, necessidade de contar com áreas exclusivas para o cultivo dos moluscos e vulnerabilidade das espécies. De fato, as mulheres perderam todo o seu trabalho com as ostras, pois, segundo elas, um barco de turistas destruiu seu cultivo.

Além do cultivo mencionado, para o qual as mulheres contaram com a assessoria de um biólogo, proporcionada pelo governo do estado, as mulheres também estão com o projeto de dedicar-se a vender peixes ornamentais, no entanto ainda não possuem a permissão para a realização da atividade. Apesar de

ainda não terem capturado os peixes para a venda, a possibilidade da atividade impulsionou a existência de um conflito entre as mulheres de uma comunidade vizinha e Liguí, uma vez que um grupo de mulheres da outra localidade se dedicava há dez anos à comercialização dos peixes ornamentais e recentemente lhes foi negada a permissão, fato que elas associam ao interesse das mulheres de Liguí em começar a atividade.

Mais do que competidoras, as mulheres de ambas as localidades teriam que pensar como aliadas e propor o funcionamento de suas cooperativas de tal forma que não estejam expostas de maneira tão vulnerável ao mercado, como estão na atualidade, mas que possam negociar preços competitivos e reais para seus produtos. A inclusão da cooperativa de mulheres de Liguí no mercado dos peixes ornamentais terá as mesmas regras da comunidade vizinha, ou seja, o comprador lhes paga o valor que ele estipula, em função de suas necessidades. Ainda assim, os volumes de captura são definidos pelo comprador, e se ele não consegue revender todo o produto no tempo esperado, não compra novamente das mulheres até ter necessidade. Assim, as mulheres ficam sem a possibilidade do recurso econômico para complementar a economia familiar.

O estilo de funcionamento da cooperativa dos homens não é muito diferente do das mulheres. De fato, os pescadores da localidade, sócios em cooperativa ou não, entregam seu produto ao mesmo comprador, que estabelece o preço dos peixes numa relação de absoluta injustiça para os pescadores. Efetivamente, se os pescadores não conseguem um produto de primeira qualidade, definida em termos da espécie e tamanho do peixe, o preço oferecido pelo peixe inteiro cai de USD 2,50 (peixe de primeira) a apenas USD 0,80 (peixe de segunda), ou seja, a terça parte do preço. Cabe ressaltar a dificuldade para que o comprador reconheça seu produto como de primeira. Em algumas ocasiões, sequer é reconhecido como de segunda, e o "patrão" estabelece um preço inferior a USD 0,80 o quilo do peixe. Convém esclarecer que o preço do peixe para o consumidor da cabeceira municipal está em USD 6,00 o de

primeira e USD 4,00 o de segunda, no supermercado.

A situação de desvantagem dos pescadores da localidade não se faz notar somente em sua inclusão desigual no mercado, mas numa série de dificuldades que enfrentam nas diversas etapas do processo produtivo. O quadro abaixo, realizado de maneira participativa, numa oficina com homens e mulheres de Liguí, evidencia os problemas percebidos nos diferentes momentos da pesca.

Quadro nº 1: Problemas encontrados nas diversas etapas da atividade pesqueira na comunidade de Liguí, segundo os habitantes locais.

ETAPAS	PROBLEMAS	OBSERVAÇÕES
Preparar a saída para a pescaria	*Escassez de isca *Dependência do patrão para o gelo, gasolina e anzol *Defeito nos motores dos barcos	As atividades que envolvem a saída a pescar são as seguintes: comprar o gelo, gasolina e isca; limpar o barco; verificar o funcionamento do motor; trazer os anzóis.
Decidir as áreas de captura	*Ventos *Vedas *Pesca ilegal pelos mergulhadores *Recurso pesqueiro escasso *Área de pesca limitada	As regulações do Parque Marinho de Loreto implicam restrições por zonas de captura e artes de pesca.
Venda do produto	*Baixos preços *Dependência de um só comprador *Atraso nos pagamentos *Necessidade de recorrer a outras atividades para complementar gasto familiar *Necessidade de sair a pescar em outras zonas	A incapacidade de armazenar o produto da pesca leva a que os pescadores aceitem as condições do comprador. O patrão é ao mesmo tempo provedor e paga o trabalho dos pescadores com produtos que ele estabelece o preço. Ou seja, vende caro e compra barato.

Assim mesmo os pescadores afirmam que a pesca com anzol – arte de pesca permitida – apresenta pelo menos duas situações que comprometem a possibilidade de que os pescadores possam viver da pesca dedicando-se exclusivamente a dita arte de pesca: i) a diminuição do volume de peixes encontrados nas áreas de captura e ii) as reduzidas regiões de captura próximas à costa. Além disso, há os elevados custos para

a manutenção das embarcações e a falta de crédito.

O acesso e controle dos recursos pesqueiros diferencia-se por gênero em função da atividade desenvolvida, seja a pesca direta no mar ou o cultivo de moluscos. O acesso à pesca de escamas é eminentemente masculino. Nesse sentido, cabe destacar que, apesar de não se terem encontrado casos específicos de proibição do acesso à saída ao mar para pescar devido à condição de gênero, também é verdadeiro que a cultura eminentemente masculina da pescaria e o peso do costume fazem aparecer a pesca como algo alheio às mulheres. Por outro lado, o acesso à produção de moluscos é compartilhado entre homens e mulheres: enquanto os mergulhadores capturam os moluscos, as mulheres os cultivam.

O controle sobre os recursos pesqueiros, isto é, o que, quem e como se comercializa, atribui-se a quem tem o acesso ao recurso, ou seja, quem tem o acesso à atividade também a controla. Dessa maneira as mulheres controlam o cultivo dos moluscos e estão tramitando sua nova opção produtiva: os peixes ornamentais via sua cooperativa. Os benefícios derivados da atividade pesqueira também se distribuem em função do acesso aos recursos.

Serviços e trabalho doméstico

Ligui concentra todas as alternativas de capacitação oficiais, seja escola primária ou secundária. Na secundária estudam dezoito alunos, entre estudantes de Ligui e comunidades vizinhas. Existe praticamente o mesmo número de homens e mulheres na secundária. Em relação a eletricidade, a comunidade conta exclusivamente com placas solares, o que traz aos habitantes não só o inconveniente de que as baterias se descarregam nos dias nublados ou chuvosos, mas também a impossibilidade de congelar os produtos pesqueiros.

A saúde constitui outro importante obstáculo no que se refere a serviços. A comunidade conta com um centro de saúde e a promotora de saúde não está devidamente capacitada. O médico teria que proporcionar atendimento um dia por semana aos habitantes da localidade, no entanto permanece quando muito duas horas por semana, período insuficiente para prestar um atendimento adequado tanto na quantidade de pessoas

atendidas como na qualidade das consultas. Assim mesmo não existe uma ambulância ou outro tipo de transporte pertencente ao centro de saúde, por isso os enfermos que precisam maiores cuidados e internação têm que alugar carros para transportar-se a um hospital. Na localidade há uma mulher com grande conhecimento de plantas medicinais, que realiza atividades vinculadas à cura com ervas e faz o trabalho relacionado ao atendimento à saúde dos meninos e adultos, inclusive realiza partos.

Também não existe um serviço de recolha de lixo na comunidade. Assim, cada família maneja seu lixo conforme com as práticas que conhece, sem refletir a respeito dos impactos na saúde comunitária e no ambiente, que podem derivar-se de um manejo inadequado do lixo doméstico.

No tocante a eletricidade e latrinas, a comunidade foi atendida pelo pacote municipal de fornecimento de placas solares e latrinas secas. A percentagem de lares beneficiados com ditos serviços é ao redor do 90%. No tocante a água para uso doméstico, os habitantes estão satisfeitos com o fornecimento, uma vez que não há carência do líquido.

O acesso à eletricidade e à água está determinado pela tenência da terra, e aqui, assim como nas demais comunidades pesqueiras do município de Loreto, os moradores não têm seus documentos de tenência da terra. Isso nos faz refletir a respeito das diferentes percepções entre os pescadores e camponeses. Enquanto aqueles não se preocupam tanto pela terra, pois sua vida está no mar, estes têm seu horizonte limitado ao meio e se responsabilizam muito mais por provar a tenência do recurso solo.

No que se refere ao trabalho reprodutivo, não existe uma distribuição eqüitativa entre homens e mulheres, repete-se o esquema tradicional da divisão sexual do trabalho, em que as mulheres devem encarregar-se dos trabalhos domésticos, independentemente de realizarem outras atividades ou não. Nesse sentido, na comunidade as mulheres adultas são as encarregadas de cozinhar, cuidar as crianças e idosos, lavar e passar roupa e realizar as tarefas de limpeza do lar, contando com a ajuda de suas filhas e ocasionalmente dos filhos. Assim mesmo, são as mulheres as principais responsáveis pelo manejo das hortas domésticas, atividade que se realiza num grande número de famílias como uma estratégia de complemento da

dieta alimentar.

Percepções, problemas socioambientais e necessidades

A insatisfação dos pescadores com as restrições impostas pelas autoridades regionais ao desenvolvimento de suas atividades não é exclusiva de uma ou outra localidade, mas compartilhada entre todas as comunidades pesqueiras do município de Loreto. A esse respeito, um pescador de Liguí comenta: “estamos de acordo que há que proteger as espécies pesqueiras, mas também que há que proteger a espécie humana. Todos querem proteger a natureza, mas a gente, quem vai nos proteger?”. Nestes termos, todos concordam que, simultaneamente que são impostas severas restrições a suas atividades, teriam que ser apoiados com outras alternativas para compensar a diminuição de recursos econômicos com a pesca.

Assim mesmo, argumentam a respeito da importância de diversificar sua produção pesqueira **em aras de** não esgotar as espécies e a necessidade de contar com apoios a gestões a fim de que obtenham crédito para modernizar suas embarcações para a prestação de serviços turísticos. Neste caso não se trataria só de uma adequação das embarcações, mas também de fazer-se visíveis aos turistas e competitivos com os hotéis e outras alternativas de turismo localizados na **cabeceira** municipal de Loreto, o que demandaria, entre outras estratégias, uma página na Internet para oferecer seus serviços, bem como capacitação em diferentes níveis e temáticas.

Uma das estratégias utilizadas pelos pescadores a fim de melhorar sua pescaria e conseguir capturar um maior volume de peixes é o acampamento nas ilhas que pertencem ao Parque Nacional Baía de Loreto. Durante sua estadia nas ilhas os pescadores limpam o pescado, constroem cabanas rústicas a fim de proteger-se da inclemência do sol do deserto e por suposto realizam suas necessidades diárias de alimentar-se e defecar. Nesse sentido, o parque estabeleceu regras para a permanência dos pescadores nas ilhas, de tal modo que o impacto seja mínimo, e dita regulamentação é motivo de **moléstia** e escárnio entre os homens e mulheres que habitam

a localidade.

Entre as restrições do parque à estadia dos pescadores nas ilhas se encontram: não podem acender fogo com lenha, não lhes permitem construir cabanas, os desperdícios da pesca devem ser trazidos de volta às comunidades e têm que construir latrinas, ou, em sua falta, trazer seus excrementos para suas localidades de origem. Agora, frente a todas estas proibições, as pessoas entrevistadas e participantes nas oficinas comentam: “então já não podemos comer nem sequer cagar, e temos que nos queimar com o sol por lá”; “eu queria saber se a gente que trabalha no parque também traz o que caga de volta a Loreto”; entre outras.

Por outro lado, os trabalhadores do parque argumentam que os pescadores fazem seus acampamentos nas cinco ilhas pertencentes à área natural protegida, deixando as zonas de acampamento muito sujas, e ainda introduzem espécies domésticas em tais espaços. Neste sentido, denunciam que os pescadores levaram gatos para caçar os ratos silvestres endêmicos, que os incomodavam, levando à quase extinção dessas espécies.

É importante, por um lado, que o parque analise a fundo a implicação de seus regulamentos a respeito da permanência dos pescadores nas ilhas, e por outro, estabeleça uma comunicação mais próxima com os habitantes das localidades afetadas, em aras de negociar alguns temas e esclarecer outros. A relevância dessa postura do parque para os pescadores proporcionará um maior entendimento e credibilidade no parque e a redução da ironia e escárnio, que prejudica de maneira substancial a imagem que se constrói socialmente da área natural protegida.

No tocante à problemática social, há uma grande percentagem de gravidez juvenil na localidade. Esta situação limita significativamente as possibilidades de acesso a espaços de trabalho para as mulheres, uma vez que têm que se dedicar a criar seus filhos, em muitas situações, sem o apoio dos pais dos bebês. Assim mesmo existe discriminação às jovens grávidas, que por um lado são excluídas dos círculos de amizade e por outro também se auto-excluem. Além disso, está ausente a análise a respeito da paternidade responsável entre os varões, que seguem manejando o discurso da masculinidade associada ao

número de filhos “distribuídos” na região, não ao compromisso com seu cuidado.

3 – RECOMENDAÇÕES

A comunidade de Liguí enfrenta um crescente desafio: superar a dicotomia estabelecida entre conservação e desenvolvimento, brindando à população que aí habita condições propícias para melhorar sua qualidade de vida. Além disso, as oportunidades devem ser oferecidas a homens e mulheres, em igualdade de condições, e não seguir a tradicional concepção e prática dos programas de desenvolvimento, os quais concebem a população como um todo homogêneo, sem considerar as diferenças que existem quanto a suas necessidades e expectativas.

As diferenças no interior das sociedades derivam em formas de percepção e apropriação dos meios de vida e recursos naturais diferenciadas, e com isso, também desiguais responsabilidades sobre a deterioração do ambiente. Por isso é necessário reconhecer a heterogeneidade dos atores sociais, bem como precisar os sujeitos das ações dos projetos de desenvolvimento comunitário, e, desde uma perspectiva de gênero, diferenciar homens e mulheres. Esta diferenciação deve aprofundar-se definindo as particularidades no interior dos grupos de mulheres e de homens, já que, por exemplo, não vivem a mesma realidade uma mulher de classe média que habita e trabalha na zona central da cabeceira municipal de Loreto e uma esposa de pescador de Liguí ou outra comunidade de pescadores.

Cabe esclarecer que o desenvolvimento de que falamos não só se refere ao incremento dos níveis dos indicadores econômicos, mas também à melhoria da qualidade de vida das populações, o que significa o fortalecimento de suas capacidades, potencialidades, acesso e controle na tomada de decisões. Assim mesmo, os processos que conduzem a isso são realizados num marco de sustentabilidade ambiental, isto é, um estilo de desenvolvimento com ênfase no ser humano e baseado na renovabilidade de todas as formas de vida. E este desenvolvimento sustentável não tem sentido se não propõe um

equilíbrio de oportunidades entre homens e mulheres (gênero como dimensão do desenvolvimento).

O trânsito para o desenvolvimento sustentável na comunidade de Ligui se dará na medida em que se reconheça que os planos de desenvolvimento afetam homens e mulheres de forma diferenciada. A partir disso, é necessário revisar e reformular a orientação dos programas e projetos, reformulando suas propostas às demandas específicas de homens e mulheres das comunidades. Por isso, sob esta perspectiva, o diagnóstico socioambiental constitui uma peça-chave, na medida em que dá voz aos interesses e anseios de cada um dos atores sociais e revela como as diferenças de gênero definem os direitos das pessoas, suas responsabilidades e oportunidades no manejo dos recursos.

Por todo o anterior é necessário desenhar ações específicas encaminhadas a modificar as dinâmicas sociais em torno ao uso dos recursos naturais e o meio ambiente, bem como ações dirigidas a afetar o meio especificamente social, se se quer conseguir o aumento do bem-estar da mulher e a igualdade entre homens e mulheres nessa comunidade.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Lorena et al. *Quien busca... encuentra: elaborando diagnósticos participativos con enfoque de género*. San José, Costa Rica: Unión Mundial para la Naturaleza/Fundación Arias para la Paz y el Progreso Humano, 1999. 84 p. Serie: Hacia la Equidad, Módulo 2.

AGUILAR, Lorena. Centroamérica: el reto del desarrollo sostenible con equidad. In: VELÁZQUEZ, Margarita (coord.). *Género y ambiente en Latinoamérica*. Cuernavaca: UNAM/CRIM, 1996. p. 87-129.

ALFARO, María Cecilia. *Develando el género: elementos conceptuales básicos para entender la equidad*. San José, Costa Rica: Unión Mundial para la Naturaleza/Fundación Arias para la Paz y el Progreso Humano, 1999. 38p. Serie: Hacia la Equidad, Módulo 9.

BALAREZO, Suzana. Metodología para incorporar los contenidos de género en diagnósticos de proyectos forestales. In: GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE GENERO Y AGRICULTURA. *Cómo aplicar el enfoque de género en los programas de desarrollo rural: una recopilación bibliográfica*. Managua: SIMAS, 1998. p. 233-258.

HOPE, A. et al. *Educación transformadora: una guía para facilitadores de la comunidad*. Guatemala: Semilla/Clara, 1992. v. 1. 117 p.

LARA, Yolanda et al. *La evaluación rural participativa*. México: Consejo Civil

Mexicano para la Agricultura Sostenible, 1996. 82 p. Cuadernos para una silvicultura sostenible, Serie Métodos para la participación N° 1, Estudios Rurales y Asesoría A. C.

MAIER, Elizabeth. *Género femenino, pobreza rural y cultura ecológica*. México: Potrerillos, 1998. 142p. Colección Mujeres, Ecosur.

RENÉ BEJARANO, María; SORIANO, Rodolfo. Metodología práctica para la incorporación de género en proyectos de desarrollo rural. In: GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE GÉNERO Y AGRICULTURA. *Cómo aplicar el enfoque de género en los programas de desarrollo rural: una recopilación bibliográfica*. Managua, Nicaragua: Servicio de Información Mesoamericano sobre Agricultura Sostenible, 1998. p. 194-216.

SEMINARIO PERMANENTE DE INVESTIGACIÓN AGRARIA. Serie Diálogo y Debate. *Seminario Taller: Manejo de Recursos Naturales desde una Perspectiva de Género*. Pontificia Universidad Católica de Perú/SEPIA/FAO/FTPP, 1999. 151 p.

SOARES MORAES, Denise et al. *Mujeres y hombres que aran en el mar y en el desierto: diagnóstico socioambiental con enfoque de género en la Reserva de la Biosfera El Vizcaíno*. México: AECI/Semarnat/IMTA, 2001.

UICN. Dos mitades forman una unidad. El equilibrio de las relaciones de género en los procesos de desarrollo. In: GRUPO INTERINSTITUCIONAL GÉNERO Y AGRICULTURA. *Cómo aplicar el enfoque de género en los programas de desarrollo rural: una recopilación bibliográfica*. Managua, 1998. p. 15-31.

UICN. *Visión del agua y la naturaleza: estrategia mundial para la conservación y manejo sostenible de recursos hídricos en el siglo XXI*. Managua: UICN/World Water Visión, 2001. 52p.

VEGA UGALDE, Silvia. La articulación género medio ambiente: enmarcamiento teórico.

In: LÓPEZ; FRINÉ et al. (comp.). *Género y medio ambiente*. Cuernavaca: CIDHAL/PRODEC, 1998. p. 209-227.

